



Anais da Assembléia

N.º 49

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 47.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes; achando-se ausente o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no artigo 88, III, do Regimento Interno, REQUER PREFERÊNCIA de DISCUSSÃO e VOTAÇÃO, para o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, enumerado sob item 9 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja aprovado o voto de pesar pelo falecimento do Doutor João Alves Pereira, político, empresário e intelectual, que falece aos 80 anos de idade, deixando na comunidade pontagrossense uma trilha de realizações que motiva o agradecimento profundo de toda a cidade.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

João Alves Pereira, filho de gente humilde, conheceu todos os ângulos da luta pela vida; vendeu pastéis em cesta na estação ferroviária, foi jornalista, pioneiro em gráfica na cidade, fundou a Gráfica Montes e Pereira.

Destacou-se como político, empresário e intelectual. Como Vereador em dois mandatos, apresentou no IV Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, a defesa da tese de que “O Município deve receber vinte por cento do IVC cobrado pelo Estado”.

Formou-se em direito com 52 anos de idade e exerceu a profissão de advogado, tendo se distinguido com brilhantismo no plenário de julgamentos do Tribunal Popular do Juri.

Em termos culturais, marcou presença como membro da Associação Brasileira de Imprensa, na Associação Internacional de Imprensa. Sócio do Centro Cultural “Euclides da Cunha”, foi diplomado pela Associação de Intercâmbio Cultural de Guaratinga, no Mato Grosso.

Por seu desempenho profissional recebeu três placas de ouro em homenagem das Indústrias Gráficas do Paraná (1973) do Sindicato dos Lojistas de Ponta Grossa (1974) e das Lojas Maçônicas de Ponta Grossa (1977).

Foi homenageado com medalha de mérito industrial (maior honraria no setor) pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela passagem de seu Cinquentenário Empresarial e Fraternalista.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento, em data de 18 do corrente, do Senhor Augusto Araújo, em Foz do Iguaçu, dando ciência aos familiares.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Augusto Araújo, que inesperadamente partiu para a seara do Senhor, era um dos homens mais conhecidos pela população iguaçuense, sendo pioneiro em Foz do Iguaçu, trabalhador e baluarte do progresso do município.

Augusto Araújo foi um dos fundadores da antiga Companhia Telefônica de Foz do Iguaçu, nos tempos da implantação dos primeiros e rudimentares meios de comunicação, trabalho que consagrou a sua vida social e filantrópica em Foz do Iguaçu.

Além de homem reto e distinto no meio comunitário, foi um exemplar pai de família, deixando uma benquista viúva e filhos, que pranteiam-lhe a morte.

Solicito, outrossim, que seja dado ciência do presente aos familiares do falecido, à Rua Belarmino de Mendonça, 110 em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos um voto de aplausos, à Delegação do Paraná, chefiada pelo Bacharel Edouard Elias

Thomé, funcionário deste Poder, junto ao XII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado entre 12 a 16 de maio p.p., em Goiânia, Estado de Goiás.

A Delegação do Paraná constituída dos seguintes integrantes: Bél. Edouard Elias Thomé, Chefe da Delegação e atual Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da A.S.P.P.; bél. Aroldo Antônio de Farias, 1.º Vice-Presidente do Conselho da A.S.P.P.; Armando Álvaro Alves Bandeira, secretário do Conselho da A.S.P.P.; Altamiro Ramos de Proença, Brasil Paraná de Cristo, Cid Pereira Jorge, Gabriel José de Queiroz, Januário Barbosa Conceição, Luiz Fernando Marques e Oziris Machado, todos Conselheiros da A.P.P.; Cristiano Pinto de Lacerda, Milton Camargo Amorim e Haroldo Pacheco, membros da Diretoria Executiva da A.S.P.P. e como convidados especiais, os funcionários Dr. Luiz Dal Bianco da Secretaria da Saúde; Dr. Leônidas Jareski, da Procuradoria Geral do Estado e Dr. Alberone da Silveira, da Procuradoria Geral do Estado; - apresentou com raro brilhantismo, a tese sobre o reajuste semestral aos funcionários; e as moções dispondo sobre a concessão do 13.º salário; redução do imposto de renda na fonte e isenção do mesmo tributo aos funcionários inativos, trabalhos estes que foram aprovados por unanimidade pelo Plenário. Atuou também a Delegação do Paraná nas comissões de estudos e a Secretaria Geral do Congresso ficou com o Paraná, tendo sido designado pela Direção da Confederação o Bél. Edouard Elias Thomé, para o honroso cargo.

Por isso, nada mais justo que se consigne um voto de aplausos aos ilustres membros desta Delegação, requerendo-se após a aprovação pelo Plenário, seja encaminhado ofício, comunicando esta decisão ao Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, bem como, feitas as anotações nas fichas funcionais dos servidores da Casa.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de congratulações à diretoria do LONDRINA ESPORTE CLUBE, pela conquista do Campeonato Brasileiro - 1a. Taça de Prata, conquista esta que eleva o conceito do futebol paranaense.

Outrossim, solicitamos seja cientificada a agremiação, com sede em Londrina.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja registrado, na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelas providências que estão sendo equacionadas para solucionar o gravíssimo problema social dos menores inaladores de cola de sapateiro, tão bem reportado pelo "Diário do Paraná" de hoje, através das seguintes entidades: Instituto de Assistência ao Menor, Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, Tribunal de Justiça, Juizado de Menores, Federação das Indústrias do Paraná, Associação Comercial do Paraná, Secretaria da Segurança Pública, Fundação Hospitalar do Paraná, Delegacia de Proteção ao Menor, Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e Prefeitura Municipal de Curitiba.

REQUER, ainda, que a Assembléia transmita aos referidos Órgãos a confiança no trabalho profícuo em prol da infância vitimada pela exploração, pelo vício e pela marginalidade.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo "TITO COSTA, O PREFEITO", escrito pelo colunista Oscar Silva e publicado na edição n.º 148 do semanário "HOJE-CASCADEL".

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o teor do presente, ao colunista e à direção do referido jornal, bem como ao Prefeito Tito Costa de São Bernardo do Campo-SP.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O colunista Oscar Silva em seu artigo "TITO COSTA, O PREFEITO", define, de maneira clara e inteligente, o que deve ser um verdadeiro Prefeito, citando, como exemplo - dentre os que atualmente exercem o cargo - o Prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa.

A transcrição do artigo nos Anais desta Casa é oportuna, principalmente nesta época em que vivemos uma das piores "safras" de Prefeitos municipais que o Estado do Paraná já possui, cujos mandatos o Governo brasileiro - violando a Constituição Federal - pretende prorrogar por mais dois anos.

São Bernardo do Campo é, sem nenhuma dúvida, uma das cidades mais agitadas do País, uma vez que lá se concentra a massa trabalhadora consciente e destemida que nos últimos anos vem, através de suas greves, colocando em choque a política salarial do regime ditatorial implantado há mais de 16 anos no Brasil.

Entretanto, o Prefeito Tito Costa, além de excelente administrador, tem sabido exercer a atividade política, uma vez que sempre procurou evitar o confronto direto entre trabalhadores e repressão, colocando o Estádio de Vila Euclides e o Paço Municipal à disposição dos grevistas, para lá realizarem pacificamente as suas assembleias.

No final do seu artigo, Oscar Silva escreveu: "estejamos certos de uma coisa: prorrogação de mandato Tito Costa jamais aceitaria para honrar um nome já honrado sem precisar do cargo", o que deveria ser um exemplo a ser seguido por todos os Prefeitos brasileiros.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de TELEX ao Sr. Ministro do Interior, Cél. Mario Andreazza, ao Sr. Presidente do Banco do Nacional de Habitação, em Brasília, bem como aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, protestando pelo possível aumento nas prestações das mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, na ordem de cinquenta por cento, conforme notícia veiculada pela imprensa deste Estado.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa deste Estado, notícia em data de hoje, que os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, a partir de julho próximo, sofrerão um aumento em suas prestações na ordem de cinquenta por cento. Se tal ocorrer, será mais um grande golpe contra os assalariados da classe média

é baixa. Trata-se, sem dúvida, de um aumento elevado, principalmente, se levarmos em conta que os mutuários desse sistema financeiro, são todos assalariados que vêm lutando com um sacrifício muito grande para poder manter a suas despesas familiares.

A crescente aspiral inflacionária, sem dúvida, pode ser a grande responsável por aumentos como este, todavia, ela é mais responsável ainda pela corrosão dos salários. Um salário pago num determinado mês não tem o mesmo calor (em termos de correspondência da moeda) no mês seguinte. Nem se diga nos demais. Daí entendermos que o BNH deveria processar um aumento menos drástico do que o ora anunciado. Eis a razão desse nosso apelo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, no sentido de determinar providências, visando beneficiar um grupo de 71 suplementaristas inativos, que ficou à margem da Lei n.º 7258, de 30/11/79, que instituiu a Parcela Adicional Social, mais conhecida como PAS.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

É evidente, o espírito da Mensagem Governamental que deu origem à Lei n.º 7258, de 30/11/79, visou abranger todos os funcionários públicos, independente de posições funcionais ou de categorias. Por um lapso, deixaram de ser agraciados os suplementaristas que, admitidos pela Lei n.º 6508, de 13/13/73 - foram aposentados por invalidez, antes de serem efetivados pela Lei n.º 7208, de 15/10/79, que beneficiou os demais.

Em sua maioria, as mencionadas inativas, exerciam as funções de serventes de grupos escolares.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, ao Diretor do D.N.E.R., ao Prefeito de Curitiba e ao Prefeito de Colombo, formulando veemente apelo no sentido de ser construída uma passarela para pedestres, anexa a ponte sobre o Rio Atuba, na divisa dos Municípios de Curitiba, da BR-476-Estrada da Ribeira.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

1. Tal apelo se faz, tendo em vista tratar-se de Estrada Federal, de movimentação de caminhões de grande tonelagem, e a ponte não permitir cruzamento de viaturas de carga.
2. Por ser terminal de ônibus do Município de Curitiba, causando grande aglomeração de pessoas que utilizam essa linha e que residem no Município de Colombo, tendo necessidade de passar essa ponte para irem e virem aos seus trabalhos e estudos diurnos e noturnos.
3. Como argumento mais poderoso da necessidade presente desta obra, por sinal, de pequeno porte e baixo custo, lembramos a Estatística de Mortalidade causadas por acidentes de tráfego quando da travessia de pedestre e veículos pela ponte.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 53/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO COLÉGIO DE ITAGUAGÉ - ENSINO DE SEGUNDO GRAU, com sede e foro no Município de Itaguapé.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980.

(a) RENATO BERNARDI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Funciona a A.P.P., como órgão cooperador da Escola, tendo uma diretoria eleita anualmente, passível de reeleição, os quais exercerão os cargos gratuitamente.

A entidade tem por finalidade a aproximação mais íntima dos Educandos - Professores-Pais, a fim de poderem trabalhar com mais eficiência para a formação do educando, tornando-o um ser ajustado, útil e produtivo na sociedade humana.

Desta forma, apresentamos o presente Plano de Lei à consideração dos nobres Pares, esperando merecer o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Um Governo que extingue partidos políticos não quer democracia.

Um Governo que prorroga eleições municipais mesmo contrariando o calendário eleitoral, parece-nos, não querer democracia.

Um Governo que afirma prender e etc. e tal, se for preciso, nos parece um Governo temerário.

Um Governo cujo Presidente afirma estender a mão para o povo, ser favorável ao diálogo, quando na verdade não dialoga com o povo por preferir o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo, parece-nos anti-popular.

Um Governo Revolucionário instalado no Palácio das Decisões Centrais, que com suas botinas esmaga a esperança de um povo, nos parece um Governo merecedor de pena e perdão, se não fosse na realidade um Governo de exceção, movido pela arbitrariedade, impulsionando por antipatriotas que estão a entregar a Nação ao estrangeiro.

O Governo que aí está, mereceria nosso perdão, se não fosse um Governo truculento e autoritarista contra decisões e esperanças populares.

Um Governo que tenta se afirmar através da manutenção de aparelhos repressivos, merece de nossa parte, apenas um cuidado redobrado e toda a desconfiança possível.

A "mão estendida" é mais uma arma pronta a ordenar a intervenção e a opressão policiaisca, típica de regimes ditatoriais.

O que quer este Governo, Senhor Presidente e Senhores Deputados?

Promover um carnaval de ordens, contra-ordens, leis e atos de exceção diante da miséria de grande parcela de seu povo, enquanto que uma minoria privilegiada quase se afoga nas pompas, luxúrias e riquezas proporcionadas por este mesmo Governo que está a esmagar o povo, o trabalhador

em geral com altos impostos, sufocando-o com galopante inflação e culpando com evasivas a crise, devido ao impasse relacionado com o petróleo.

Este Governo está pisando com força no povo e quer que este mesmo povo fique calado, sorrindo e o aplaudindo enquanto perde seus mais elementares direitos.

Enquanto isto, a prorrogação de mandatos foi a forma arranjada desastrosamente pelos estrategistas político-partidários, empregados do laboratório de fórmulas e receitas mágicas do Palácio Presidencial, para manutenção da situação atual, amplamente favorável a este Governo que teme ouvir o povo.

Com a prorrogação de mandatos e a não realização de eleições municipais este ano, consegue o sistema vencer mais uma barreira na luta incansável pela perpetuação de seus integrantes no Poder.

Desta maneira entendemos que este Governo, perde com esta atitude, todo o resquício de esperança que ainda havia no povo brasileiro de ir ao encontro com a democracia, onde também participariam na tomada de medidas e decisões pelo desenvolvimento da Nação.

Esta é, portanto, mais uma investida contra o povo e seus direitos, vencida em mais um "round" palaciano, mistificada pelo rótulo revolucionário e militarista. Diante da ameaça por parte do Governo em prorrogar os mandatos dos atuais Prefeitos e Vereadores, ou ainda, diante da ameaça da intervenção nas prefeituras e o fechamento das Câmaras Municipais, virá a agir como em outras ocasiões, onde inclusive assumiu e consagrou a falência do milagre brasileiro, só que desta vez, decretando a falência da mistificação e da tão decantada abertura política".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Por longa data, sabe-se que, principalmente, em nosso País, O FUTEBOL, sempre foi uma das poucas alegrias do Povo. Sabe-se e comprova-se que, mormente, as classes menos favorecidas veem no esporte de nossa Pátria, uma forma sadia de entretenimento, e por que não dizer, a única forma, talvez. Já que essas mesmas classes tão espezinhadas por outros compromissos impostos pelos seus "modus vivendi", não podem fazer parte de um clube social que lhes ofereça condições de divertimentos e lazer.

Já disse o grande Ministro da Educação, da época, Jarbas Passarinho: "Mais vale um atleta em campo do que mil espectadores na arquibancada".

Ao elaborar esta frase, queria dizer, o grande político que o homem, no seu afã diário de produzir e engrandecer nossa Nação, deveria ter, pelo menos, o mínimo necessário para o seu deleite espiritual; unindo o útil ao agradável, isto é, a prática sábia do esporte com a recreação, que tanto bem faz, ao seu corpo e a sua alma.

Mas, talvez, não vaticinasse ele, que em tempo bem próximo, iria valer bem mais o atleta em campo, porque na arquibancada não seria mais possível a presença dos menos favorecidos pela sorte, pelo alto preço que se impõe às entradas em Campos de Futebol.

Usamos, hoje, da oportunidade que nos é oferecida regimentalmente, neste curto espaço de tempo, para registrar nosso protesto, em nome de todos os desportistas paranaenses pelo aumento inesperado e brutal dos ingressos para o jogo próximo vindouro. Embora sabendo que o torcedor curitibano, como prova de amor à nossa terra e

ao time que representa a força máxima do futebol em nosso Estado, irá ao Couto Pereira, levando sua contribuição, seu calor e seu entusiasmo e, isso nos alegra, por um lado; mas por outro, nos entristece: por sabermos quanto sacrifício será feito, quanta renúncia será exposta, pois que o torcedor se vê, hoje, achacado em suas parcas economias, em troca de um espetáculo que deveria ser do povo e não apenas de uma classe privilegiada.

Gostaríamos que nosso eco chegasse aos competentes ouvidos, alertando para que em embates do glorioso Curitiba F.C., com outras equipes de não menos valor, deixem as portas dos estádios mais acessíveis ao nosso povo. Pois o espetáculo não se faz só com os artistas; são as palmas, as ovações, o entusiasmo do expectador que contribuem para o seu engrandecimento, tornando-o mais brilhante e mais digno de ser chamado ESPETÁCULO.

Se analisarmos o alto preço das entradas Cr\$ 100,00 -arquibancada; Cr\$ 500,00 - uma cadeira, haveremos de entender que em breve os estádios ficarão silentes e o grito envaidecido de "GOL" do seu time preferido ficará apenas na lembrança dos aficcionados ao futebol, deixando uma marca indelével na consciência dos que pretendem mandar, não apenas no futebol paranaense, mas também na economia dos que gostam de assisti-lo.

Esperando, que mesmo sacrificado, o torcedor paranaense, compareça ao Estádio, não permitindo que o alto preço do ingresso apague o ardor da sua torcida:

Registre-se, nesta Casa do Povo, nosso protesto e indignação, em nome deste mesmo povo, que merece o nosso respeito, por todos os seus sentimentos."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expeiente, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De Gaulle já afirmara de certa feita que "o Brasil parece que já não é de homens sérios". Eu diria Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Brasil já não tem Governos sérios de alguns tempos a esta data.

Isto porque, as coisas, aqui no Brasil, não são tratadas pelo Governo com seriedade. Nós temos assistido o impasse político e institucional, nestes últimos tempos, criados exclusivamente por aqueles que estão no Poder.

Verificamos quando este mesmo Governo que aí está, pôs em funcionamento todo o seu dispositivo de força, para impedir a aprovação da Emenda Lobão que restabelecia a eleição direta para Governador do Estado, a pretexto de que, mandaria para o Congresso uma emenda mais abrangente que seria para restabelecer também eleição direta para Senador. Mas, nós sabemos agora que isso não passou de um blefe, que o Governo mais uma vez impingiu ao Congresso Nacional para que não fosse aprovada a Emenda Lobão:

Agora, Sr. Presidente, com a extinção dos partidos políticos, adremente encaminhada pelo Governo para que não fossem realizadas as eleições municipais no ano de 1980. E, já se alega que não há prazo para realização dessas eleições, quando na verdade, poderiam ser feitas de imediato leis no Congresso, que encurtassem os prazos para as desincompatibilizações, e as eleições seriam perfeitamente realizáveis no ano de 1980.

E agora o Governo, sob alegação de que, se não houver eleições, os mandatos, fatalmente serão extintos a 31 de janeiro de 1981, e aí então, diz como que numa ameaça à Oposição que se rebela por essa prorrogação de mandatos que será mais um golpe contra a democracia que já nós não temos, ou serão nomeados interventores para os municípios.

Primeiramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à luz da Constituição e do direito vigente não vejo como o Governo possa impingir interventores aos municípios. Depois, Sr. Presidente, é muito bom que isso aconteça, porque se acabará esse colégio criado por leis casuísticas para elegerem Senadores e Governadores bônicos.

Então, quem está realmente chorando as mágoas, se houver a vacância dos cargos de Prefeito e conseqüente nomeação de interventores para os municípios, é o Governo que está blefando com o povo brasileiro, quando na verdade não pretende as eleições diretas para Governador em 1982 porque mais uma vez, quer manter o colégio eleitoral composto de Vereadores e Deputados estaduais para eleger Governadores em 1982.

Então, Sr. Presidente, quem está apavorado a esta altura é sem dúvida o Governo. Nós da Oposição realmente, estamos querendo que isso aconteça, que saiam as eleições, nós queremos, mas se o Governo puser obstáculo para que as mesmas não se realizem, então que se crie a vacância dos cargos e se extingam os mandatos dos Vereadores, porque daí o Governo vai ser obrigado, em 1.982, a realizar eleições direta para Governador. Pois não terá mais o colégio eleitoral que criou no casuismo, através da violência imposta a esta Nação pelo então ditador Ernesto Geisel.

E, nós estamos aqui para dizer, Sr. Presidente, que há condições para se realizarem as eleições em 1980 e o povo quer as eleições. Porque nós percorremos o interior do Estado ainda há pouco, esses dias e constatamos, em contato com o povo, a cada instante a cada um que encontrávamos em nossas caminhadas, o desejo veemente que as eleições se realizem no ano de 1980. E o Governo, se quiser democracia, se estiver bem intencionado, fará com que as eleições se realizem no ano de 1980, segundo o calendário eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Trago a esta Casa uma denúncia muito séria: viciados e traficantes de tóxicos estão fazendo das casas de diversões eletrônicas e fliperamas os seus pontos de encontro, em Curitiba. Nossa denúncia está baseada em levantamentos que foram efetuados por pessoas especialmente instruídas para este fim e com base nos resultados desses levantamentos viemos até esta tribuna do Poder Legislativo fazer um apelo às autoridades responsáveis, especialmente o Juizado de Menores e à Delegacia de Proteção ao Menor, no sentido de que providências sejam tomadas a fim de sanar este grave problema.

A proliferação dos fliperamas e das casas de diversões eletrônicas já foi motivo de indagação nossa quando da CPI do menor, oportunidade em que identificamos este problema como muito grave porque as normas impostas pela nossa legislação estão sendo burladas, ou seja, em grande parte dessas casas de diversões é permitida, livremente, a presença de menores de idade, abaixo, inclusive, dos doze anos.

Acreditamos que a atitude do Prefeito Jaime Lerner em não conceder mais alvarás para o funcionamento dessas casas de diversões eletrônicas irá contribuir para minimizar, aos poucos, o problema. A decisão do Prefeito de Curitiba, certamente, propiciará: primeiro, que deixem de proliferar tais estabelecimentos de diversões em nossa Capital, que começaram a ser implantados no centro e agora já estão chegando às áreas periféricas da cidade; e, segundo, a não concessão de alvarás propiciará a que, aos poucos, o número desses

estabelecimentos seja, paulatinamente, reduzido, fato, aliás, enfocado pelo jornal “Gazeta do Povo”, em sua edição de ontem, afirmando que a municipalidade entende que os fliperamas contribuem para poluir o centro da cidade e desajustar a família, além de, geralmente, transformarem-se em centro de distribuição de drogas.

Mais do que se tornar um centro de distribuição de drogas, os fliperamas se transformaram em pontos de convergências de homossexuais que, vejam bem, se utilizam de um expediente muito engenhoso para atrair a atenção principalmente dos jovens que não têm dinheiro ou não estão em condições de pagar o uso das máquinas disponíveis: os homossexuais disso se aproveitam, pagam as fichas, iniciando aí um curto caminho que vai até a perversão dos jovens. Para estes, certamente, será o primeiro passo para se iniciarem, sem profissão e desocupados, no caminho da criminalidade. Um detalhe que não nos escapou à observação: parte desses jovens formam o grupo de estudantes que, rotineira ou costumadamente, deixam de assistir as aulas, naturalmente à revelia de qualquer autorização de seus pais. As conseqüências disso são naturais: um jovem deixa de ser útil para o futuro.

É preciso, então, que as autoridades responsáveis pelo setor tomem as medidas necessárias para acabar de vez com este estado de coisas.

Dizíamos que, aos poucos, esses estabelecimentos estão se espalhando para outras áreas da cidade e não fosse a decisão do Prefeito Jaime Lerner em não conceder mais alvarás de funcionamento, certamente teríamos fliperamas e diversões eletrônicas espalhados por todos os bairros da cidade. Mas, se nas áreas periféricas não existem tais estabelecimentos, em contrapartida, existem os famigerados bilharitos. Existem às centenas espalhados por todos os lados em locais totalmente despolicados, carentes de toda e qualquer fiscalização, onde até mesmo menores de dez anos de idade participam de apostas.

É um quadro deveras lamentável: as casas de diversões eletrônicas e os bilharitos servindo de ponto de encontro de marginais de toda a espécie, de viciados e traficantes de tóxicos, de homossexuais, de desocupados em atividade de pura licenciosidade, e cujos antros, poderíamos dizer, oferecem um bom mercado para seus prazeres.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos desta tribuna fazendo um apelo às autoridades responsáveis por esse setor, especificamente o Juizado de Menores e a Delegacia de Proteção ao Menor para que se ative a fiscalização junto a todos os estabelecimentos que exploram as diversões eletrônicas, bem como os estabelecimentos que exploram o bilharito. É preciso que se faça respeitar a lei desde já.

Que se chame à responsabilidade os proprietários desses estabelecimentos e que se proíba a permanência de menores de idade nos fliperamas, nas casas de diversões eletrônicas. E que sejam destacados policiais militares junto a esses estabelecimentos, porque, entendemos que a guarda particular não está mais merecendo crédito nesse tipo de fiscalização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Jurandir Messias.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário do Vereador Thadeu Bento França, do Município de Maringá.

O SR. JURANDIR MESSIAS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tribuna, para dizer da nossa satisfação pelo sucesso alcançado com a Primeira Feira de Bezerros,

realizada no Município de Pitanga, nos dias 16, 17, com encerramento no dia 18 do corrente mês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os promotores da mesma, estavam bastante preocupados com o resultado, pois Pitanga seria pela vez primeira, o centro paranaense do mundo pecuarista. E sabíamos também que dependíamos para o total brilhantismo daquela Feira, não só da organização, mas principalmente da ajuda e da colaboração de todos. E não tivemos surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pois não deu outra, aquela Feira bateu diversos recordes nacionais. Alcançou o maior preço por lote de bezerras, 20, 200 cruzeiros, o maior preço global por cabeça: 17 mil e 300 cruzeiros; e o maior peso médio, 187 quilos. Foram vendidos ao todo, 2 mil e 500 cabeças. E só não alcançou maior número, por falta de alojamento.

Faço questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer um elogio à parte, aos organizadores, como o Prefeito de Pitanga, Dr. Otacílio Bitencourt, que deu todo o suporte administrativo e financeiro, trabalhando diuturnamente, a Câmara de Vereadores, poderia se dizer, que permaneceu sempre em sessão, ao lado do Prefeito e dos problemas, ao Rotary Clube de Pitanga, seus membros fazendo e ajudando em tudo, desde o serviço de garçon até o do mais fino recepção.

O S.O.S de Pitanga, com sua Diretoria, se prestando até para assar um bom churrasco; os funcionários da Prefeitura, do mais humilde ao mais graduado, dando o seu potencial, sem olhar para o relógio, pois ninguém tinha hora para ir embora, a meta era uma só: o sucesso total da 1.^a Feira de Bezerros, realizada em Pitanga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por falta de tempo, deixamos de citar outros nomes de colaboradores, pois estamos falando no Pequeno Expediente e não nos é possível citar todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Pitanga quer agradecer penhoradamente ao Sr. Governador do Estado, Ney Braga, por nos ter dado essas condições, demonstrando, mais uma vez, estar perfeitamente identificado com o povo do interior; ao Secretário da Agricultura Dr. Reinhold Stephanes, por ter-nos dado esse voto de confiança, ele que, sem favor algum à cada dia que passa, vem demonstrando mais aptidão junto àquela importante Pasta; à Emater, ex-Acarpa, a todos indistintamente, os de Pitanga, de Guarapuava, de Curitiba, parece que todos formavam um só, que órgão espetacular, que gente maravilhosa!

Aos pecuaristas de toda parte, quer participando das Comissões ou não, mas principalmente, como se aquela Feira fosse a sua fazenda, pelo empenho e dedicação, como que dizendo: "Queremos o sucesso total".

Sr. Presidente, fazemos questão de agradecer honrosas presenças naquela Feira, como a do Deputado Federal Nivaldo Kruger, dos Deputados Estaduais Trajano Bastos e Leônidas Ferreira Chaves, que, por certo, sem eles ficaria uma lacuna e que as suas presenças muito ajudaram para que Pitanga alcançasse um final festivo de compreensão entre o povo, além do mais retumbante sucesso.

Aguardamos Vossas Excelências Srs. Deputados, em maio de 1.981, por ocasião da 2.^a Feira de Bezerros, em Pitanga.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Está aberta, desde sexta-feira no pavilhão de exposição do Parque Barigui, a primeira Feira da Indústria Paraná. Hoje, promovida pelo Governo do Estado, através da Secretaria da

Indústria e do Comércio e organizada pela firma Diretriz Empreendimentos.

A abertura da mostra contou com a presença de autoridades, notadamente do Governador Ney Braga e do titular da Pasta da Indústria e do Comércio, idealizador da Feira, Fernando Fontana.

O sentido maior que se pode captar da Feira, é o de mostrar as oportunidades de difusão espacial do bem estar social, uma das principais metas do Governo do Estado, deve ser entendida a promoção do desenvolvimento de diversos polos no interior do Estado, que deverão oferecer ao longo do tempo, os mesmos ou até melhores atrativos de vida para o homem. Esses atrativos são, basicamente, trabalho, educação, saúde e recreação. A Feira, buscando mostrar também o desenvolvimento industrial do interior, e principalmente as oportunidades que se oferecem para a implantação de novos projetos do setor secundário, objetiva exatamente demonstrar aos interessados que é possível a promoção industrial fora dos grandes centros, especialmente Curitiba.

A atração de indústrias ao interior do Paraná, e o estímulo às já existentes, é da maior importância para o Estado, e principalmente para sua população. É preciso que se ofereça ao homem do interior oportunidades tais que possa ele ficar em suas próprias regiões de origem, que se dedique à agricultura ou à pecuária, quer se volte para a indústria ou o setor de serviços. A importância de evitar-se as migrações é indiscutível. Basta olhar para as megalópoles, impossibilitadas de atender aos milhares de migrantes que chegam a cada dia, vindos das zonas rurais, na esperança de encontrar na grande cidade melhores condições de vida. Seu destino é, geralmente, a favela, o desemprego ou o subemprego e muitos vão até à mendicância. De outro lado, é praticamente impossível aos poderes públicos, suprir as grandes cidades dos serviços básicos necessários ao mínimo de bem estar à sua população regular, quando mais acompanhar a multiplicação de problemas resultantes do descontrolado êxodo rural. E este êxodo rural seria evitado, oferecendo-se ao interior, em fases de crises na atividades primárias, opções válidas de trabalho na área industrial, e ainda, regularmente, condições satisfatórias de ensino em todos os níveis, de assistência médico-hospitalar, de conforto e de lazer.

A forma integrada com que foi montada a 1.^a Feira da Indústria Paraná Hoje, trazendo à capital uma mostra do que é o setor secundário do Estado, não exclusivamente o da Capital, mas também o de todas as regiões do Estado, merece os melhores elogios. É preciso que nos conscientizemos de que a atração da indústria para o interior, com a geração de novos polos de desenvolvimentos nesse setor, é do interesse direto de todos os paranaenses, inclusive daqueles que vivendo na Capital, são freqüentemente assistência impotente ou vítimas do fenômeno das migrações.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrar que o Governo Federal decidiu promover a descentralização industrial, com o objetivo de, ao tempo em que dá a outras regiões fora do eixo Rio-São Paulo a oportunidade do desenvolvimento industrial, minora os aflitivos problemas daquela região congestionada, onde a qualidade de vida está próxima de um intolerável.

No Paraná, o problema da industrialização do interior é de urgência urgentíssima. A construção de inúmeras usinas hidrelétricas de porte, algumas das maiores do mundo, levará o Estado a ter cerca de 5% de seu território de terras agricultáveis da melhor qualidade, submergidas por grandes represas, exatamente para a geração de energia que irá servir, principalmente, às indústrias. Com a perda dessas preciosas terras de agricultura, perdemos parte do nosso potencial de produção agrícola e pecuária, e ainda serão liberadas massas

de trabalhadores de campo, que necessitarão de empregos, e seguramente não o encontrarão na atividade agrícola, que se reduzirá. A industrialização do interior é pois, do interesse maior do Governo Federal, e necessidade urgente do próprio Paraná. Cremos que, face a esta situação, nada mais justo que as autoridades federais incentivem a criação e desenvolvimento de distritos industriais no interior do Estado do Paraná, financiando-os, para a geração de empregos necessários ao aproveitamento dessa mão de obra liberada, e tendo como resultado ainda, o descongestionamento das áreas altamente industrializadas, cuja concentração de fábricas vem provocando problemas que levam a vida de seus moradores a uma deterioração de qualidade insuportável.

Esta 1.^a Feira Industrial do Paraná, é também um alerta para que se diga um basta ao processo de concentração industrial e um apelo para que se estimule, no interior e orientadamente, as indústrias necessárias ao desenvolvimento econômico harmônico do Paraná.

Por isso, parabenizo-me com a iniciativa governamental e com os Senhores Governador Ney Braga e seu Secretário de Indústria e Comércio, Fernando Fontana."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós hoje recebemos diversos jornais, e entre eles, jornais vindos de Cascavel, e como a matéria é um tanto esquisita às vezes, nós já fizemos desta tribuna, por duas vezes, pronunciamento com referência ao Jogo do Bicho. Delegado de Cascavel desconhece a greve dos bicheiros. "O jornal do Paraná", datado do dia 17 de maio deste ano. Temos em mãos aqui, a entrevista do Delegado daquela cidade, Nabor Lobo Soutomaior, da décima quinta Delegacia de Cascavel, dizendo que a situação é tranqüila, mas que na realidade desconhece a greve dos bicheiros.

Nós, até pouco tempo, ouvíamos falar na greve dos metalúrgicos, na greve dos enfermeiros, na greve dos motoristas, agora estamos vendo falar na greve dos bicheiros. O que é mais grave, é que ele diz aqui, "que o jogo do bicho é uma atividade que vem sendo desenvolvida em todo o Estado, mas que até o momento, oficialmente não lhe chegou ao conhecimento da prática do mesmo em Cascavel. Até o momento, não recebi qualquer reclamação contra o jogo e sei que ele existe em Cascavel, porque o mesmo é praticado em todo o Estado", afirmando o Delegado de Polícia.

O Sr. Delegado quando foi a Cascavel, eu fui um dos Deputados que dizia que não sou e não acho, que deve ser fechado totalmente o jogo de bicho. Será que as autoridades do Estado do Paraná, o Secretário de Segurança, o Diretor da Polícia Civil, o Delegado do Interior, desconhecem o que está havendo não só em Cascavel, mas como há poucos dias recebia no meu gabinete, duas senhoras vindas de Londrina, pedindo até pelo amor de Deus que nós procurássemos junto às autoridades competentes, para dar um paradeiro na venda do tóxico, em uma das cidades mais conhecidas, não só no Brasil, mas do mundo todo, como uma das cidades que maior contrabando se faz, é o jogo do bicho, é a droga é tudo também em Londrina.

Temos aqui, em mãos, "guerra contra os cheiradores de cola". Fizemos hoje um requerimento cumprimentando as autoridades pela primeira vez em Curitiba que estão combatendo os "xeretas", uma cena que temos enxergado nas Praças Públicas, nos centros, nos bares e às vezes, as maiores vítimas sempre são menores desfavorecidos pela sorte.

Não queríamos entrar no mérito do problema do jornal "Hoje", de Cascavel. Recebo diversos exemplares e, entre

eles, não sei o que aconteceu no meu gabinete, veio uma carta para que eu fizesse pronunciamento com referência aos problemas que têm acontecido em Cascavel e aqui nesta Casa.

Mas, vou responder a carta do cidadão, para que eu falasse sobre o problema de Cascavel, sobre o nosso problema de ficar calado com referência à morte do Jornalista Antônio Heleno, com referência a diversos problemas que lá existem há muitos anos, e que fazemos política naquela região desde quando iniciamos a nossa vida pública, não tínhamos outra alternativa, Srs. Deputados a não ser na Comissão, aguardar o inquérito policial e depois, como hoje se encontra na esfera, para decidir junto ao Juiz daquela Comarca, quem são os responsáveis ou mandante do crime naquela cidade.

Mas faço um apelo aos Srs. Deputados, quero sair desta Casa hoje dirigindo-me ao Sr. Secretário, Coronel Haroldo, Secretário de Segurança, para levar cartas que tenho recebido de informações sobre o problema do jogo do bicho. Para que amanhã, quando voltar a Cascavel, quando voltar à minha região, os meus companheiros, meus amigos, tenham ciência e conhecimento que nós, desta tribuna, temos reclamado e falado, temos insistido e pedido e, até hoje, nós vemos um dia a prisão de um bicheiro e, noutro dia, a greve dos bicheiros.

Mas quem sabe, por orientação do Governo do Estado e pela legalização que não somos contrários, como bem disse o Delegado, entregue à alguma entidade, para que este jogo do bicho deixe de fazer meia dúzia de afortunados que vêm sugando o pobre trabalhador, levando o dinheiro na sua caixinha.

Srs. Deputado, acredito que alguém desta Casa, como o Deputado José Tavares que foi Delegado em Londrina, conhece muito bem melhor do que quem vos fala, poderia relatar problemas engavetados, insolúveis, há mais de dez anos, porque alguém atrás disto está calado. Mas nós, se deixarmos um dia esta Casa, continuaremos sendo proprietários naquela região, mas não queremos levar a pecha daqueles que são comprados ou então tiveram o seu mandato vindo para esta Casa com o dinheiro do povo, usando os benefícios do Governo e recebendo o beneplácito do dinheiro que deveria ser aplicado em obras públicas, mas teremos a consciência limpa e tranqüila, de ter cumprido o nosso dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. Em votação. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela ordem) Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 10 Srs. Deputado aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:
REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 131/79, que cria no Município de Curiúva, o Distrito Administrativo de Figueira, com sede e divisas que especifica. – Aprovado.

Redação final do Projeto de Lei n.º 131/79
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criado o Distrito Administrativo de Figueira, no Município de Curiúva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Partindo da barra do Rio das Pedras no Rio Laranjinha, sobe por aquele Rio até a barra do Ribeirão Areia Branca, pelo qual sobe até sua cabeceira, donde em linha reta por uma linha seca, segue até a cabeceira do córrego Esperança, descendo por este e depois pelo arroio Taboão ou Cachoeira, até sua barra no ribeirão São Francisco, pelo qual desce até o Rio Laranjinha, e por este até a barra do Rio das Pedras, ponto de partida.”

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;
 Tadeu Lúcio Machado, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 152/79, (Mens. Govern. n.º 128/79), que dá nova redação à Lei n.º 7.074 de 02 de Janeiro de 1.979, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 154/79, que cria no Município de Barbosa Ferraz, o Distrito Administrativo de Bourbônia, com sede e divisas que especifica. – Aprovado.

Redação final do Projeto de Lei n.º 154/79
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica criado o Distrito Administrativo de Bourbônia, no Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“começa na barra do Rio das Lontras com o Rio Chupador, sobe por este até o ponto de encontro com a estrada Iretama–Campo Mourão; segue por esta no sentido de Campo Mourão até a bifurcação da estrada para Barbosa Ferraz, segue por esta até a divisa da Gleba Corumbataí de propriedade de Nicolau Lunardelli, segue por esta divisa de Gleba até a divisa com o lote 02, da Fazenda Rio Formoso; segue por esta até encontrar o Rio das Lontras e por este até sua foz, no Rio Chupador, ponto de partida”.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.1.980.

aa) Gilberto Carvalho, Presidente e
 Tadeu Lúcio Machado, Relator.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 11/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 17/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC e o Município de Almirante Tamandaré, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 12/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 20/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração pela Universidade, do Plano de Ação Imediata – PAI, para a Cidade de Guaira. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 13/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 24/80), que aprova Termo do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, que com a intervenção de Órgãos que especifica, firmado em 14 de fevereiro de 1.980. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 16/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 01/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a concessão de apoio financeiro à DEED, para a complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 17/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 04/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 18/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 05/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º graus, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 19/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 12/80), que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado em 07/12/78, entre o Instituto de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, com a intervenção de Órgãos que especifica, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba. METRONOR. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 20/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 18/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os municípios nominados, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 21/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 19/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios especificados, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da referida Secretaria e da COMEC, e os municípios nominados, visando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 22/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 22/80), que aprova os Termos de Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, e municípios nominados, sob números de 08 até 20, todos de 1.979, mais o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio e Projetos de Desenvolvimento Regional. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 23/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 29/80), que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e os municípios nominados, sob n.ºs 01/80 à 13/80, com a participação de Órgão que especifica, objetiva a participação dos municípios signatários no Programa de Transportes Metropolitanos, composto do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis e Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 24/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 50/74), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SECAM, objetivando realizações de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 25/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reconhece como Órgão oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE – Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/80

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia do Estado do Paraná – CABENFALE –, sociedade civil de natureza assistencial, é reconhecida como órgão oficial de representação da classe junto a este Poder.

Art. 2.º – Fica instituído um plano de assistência médica, hospitalar e odontológica para os deputados estaduais, inclusive esposa e filhos menores, filhos maiores até vinte e quatro (24) anos, sem economia própria, e filhos inválidos sem limite de idade, e para os funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, extensivo aos seus dependentes, como tal definidos no Estatuto da CABENFALE,

mediante convênio com organizações que operem no regime de seguro-saúde.

Art. 3.º – Para executar o programa assistencial de que trata o artigo anterior, fica credenciada a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE –, que terá poderes para firmar convênios, coordenar sua implantação e fiscalizar sua execução.

Art. 4.º – A Assembleia Legislativa será responsável pelos encargos financeiros decorrentes do convênio assistencial, no qual intervirá como anuente, obrigando-se ao repasse de recursos necessários, sob a forma de adiantamentos em favor da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE.

Art. 5.º – Para os efeitos do art. 4.º, a Assembleia Legislativa fará constar anualmente do Orçamento Analítico dotação equivalente ao consignado no exercício anterior, acrescido de percentual idêntico à soma das majorações do salário mínimo.

Art. 6.º – A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE – encaminhará, anualmente, à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, balanço e relatório, referente à execução do plano assistencial.

Art. 7.º – À Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE –, será atribuído o “pro-labore” correspondente a recolhimento de prêmios de seguros e de previdência privada, descontados na folha de pagamento dos funcionários da Assembleia Legislativa.

Art. 8.º – A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – CABENFALE –, baixará regulamento do serviço médico, hospitalar e odontológico, para conhecimento dos interessados.

Art. 9.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.980.

aa) Fabiano Braga Côrtes

Basílio Zanusso e

Domício Scaramella

JUSTIFICAÇÃO:

1 – O projeto procura alcançar dois objetivos claramente distintos: credenciar a Cabenfale como órgão de representação dos funcionários junto à Assembleia Legislativa, e conferir status legal ao sistema de assistência médico-hospitalar atualmente consubstanciado em atos regulamentares.

2 – No tocante ao primeiro alvo, cabe assinalar, preliminarmente, que a medida encontra apoio do Art. 342, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, o qual atribui à respectiva Associação o título de órgão oficial de representação da classe.

Inquestionavelmente, a Cabenfale guarda idêntica relação em face do Poder Legislativo, até porque o citado Estatuto é endereçado ao servidor do Poder Executivo, aplicando-se as suas disposições, no que couber, aos funcionários de outros poderes e órgãos especiais.

No mérito, a credenciação teria o efeito saudável, por todos os títulos, de transferir para o seio da associação, apartada física e operacionalmente, do processo administrativo, os debates e questionamentos acerca dos interesses do funcionário enquanto servidor da Assembleia.

Inseparável da própria condição de assalariado, ainda que sob o regime jurídico estatutário, o servidor da Assembleia também pleiteia melhorias, alimenta compreensíveis e naturais desejos de progresso na carreira profissional.

Porém, toda a massa de reivindicações encontra-se difusa, inorgânica, e muitas vezes mal contidas, em convivência danosa com o processo administrativo, por falta de condutos

institucionais por onde ganhar forma definitiva e chegar aos centros decisórios.

Transferir para o âmbito da entidade de classe o conjunto esparso de aspirações, propiciando o debate amplo, moderado seguramente pelo equilíbrio de interesses dos diversos grupos ocupacionais envolvidos, para recebê-lo harmônico, através de porta-voz representativo, será de parte desta Assembléia, providência da mais alta sabedoria política.

3 — Acerca da segunda meta, basta simplesmente repetir que o sistema de assistência médico-hospitalar — abrangente de Deputados e familiares —, hoje um serviço indispensável porque incorporado ao patrimônio da comunidade que faz pulsar o Poder Legislativo, graças a excelência de sua organização, reclama um suporte normativo mais estável, e, como resultado, assecuratório de conveniente permanência.

4 — Alguns ligeiros acréscimos, como a da apresentação anual de balanço e relatório, consignados no artigo 5.º, ou o referente a inclusão de verbas no orçamento analítico, disposto pelo artigo 4.º, este objetivando corrigir a tendência ultimamente registrada (quadro anexo) de encurtar os percentuais em contraposição ao sentido altista da curva dos custos, além de se explicarem por si próprios, implicam no aperfeiçoamento do diploma legal ora projetado.

5 — Em face de tais razões, espera-se rápida, tranqüila e unânime acolhida da presente idéia entre os dignos legisladores.

XXX --- XXX

Anexos: 1) Decreto Legislativo n.º 397/71;

2) Decreto Legislativo n.º 1/73;

3) Estatuto Social da CABENFALE;

4) Regulamento do Serviço Médico, Hospitalar e Odontológico;

5) Quadro demonstrativo de aumentos percentuais concedidos pela Assembléia na verba destinada ao Serviço Médico, Hospitalar e Odontológico.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 25/80

De autoria da Comissão Executiva, o projeto examinado pretende transformar a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado em órgão representativo da Classe, junto ao Poder Legislativo, além de normatizar serviço de Assistência Médico-Hospitalar a Deputados, Funcionários e seus dependentes, serviço esse já existente, mas carente de regulamentação devida.

A ampla justificativa que acompanha o projeto, por si só justifica a iniciativa e embasa a sua legalidade.

Não conflita, o pretendido, com disposições legais vigentes.

Dest'arte, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WILSON FORTES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Missão Transmundial", com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 11/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL, com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública por este plano de lei, tem se dedicado, desde sua fundação a promover o soerguimento moral e espiritual do povo brasileiro sem qualquer discriminação.

Dentre os objetivos alcançados está o Orfanato Lar Agape, atualmente com mais de trinta internos, o Instituto Agape, — modelar estabelecimento de ensino que busca a educação integral do jovem.

Além disso, a entidade desenvolve a assistência social de forma invulgar sendo muitos os que foram até agora atendidos em suas necessidades.

Assim, se afigura justo e oportuno o reconhecimento oficial, declarando de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 11/80

Pretende o nobre Deputado Ezequias Losso declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL", com sede no Município de Campo Mourão.

A documentação exigida está conforme, razão pela qual somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/80), que autoriza o Poder Executivo a doar: 1) ao Município de Campo Largo a área que especifica, exclusivamente para fins que aqui descreve; 2) a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírrio-Libanesas do Paraná, área que especifica situada em Campo Largo, a ser utilizada na implantação de obras destinadas a dar atendimento ao idoso. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA DE PLENÁRIO, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 40/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º -- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, parte de imóvel rural, constituída de área superficial de 1.460.000,00 m² (um milhão, quatrocentos e sessenta mil metros quadrados), contendo diversas benfeitorias, situada no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de Campo Largo, adquirido pelo ESTADO DO PARANÁ conforme matrícula R-3-1341, do livro n.º 02 — REGISTRO DE IMÓVEIS da Comarca de Campo Largo.

Parágrafo único — A área objeto da doação, de que trata este artigo deverá ser utilizada na implantação do CEMITÉRIO PARQUE MUNICIPAL, CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS, "PLAYGROUND", QUADRAS ESPORTIVAS, MANUTENÇÃO DO POMAR PÚBLICO, MUSEU DE ENOLOGIA E EXPOSIÇÕES, BOSQUE COM EQUIPAMENTO DE PIQUE-NIQUE, LAGO, BAR, LANCHONETE, ESTACIONAMENTO, SEDE DA PREFEITURA DE CAMPO LARGO e outras obras de interesse comunitário, não podendo em tempo algum, e sob qualquer pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, de todo o imóvel, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírrio-Libanesas do Paraná, o terreno rural, medindo a área superficial de 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados), a ser destacado do imóvel

de área maior situado no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de CAMPO LARGO, adquirido pelo ESTADO DO PARANÁ, conforme matrícula R-3-1341, do livro n.º 02 – REGISTRO DE IMÓVEIS da Comarca de Campo Largo.

Parágrafo único – O imóvel de que trata este artigo somente poderá ser utilizado na implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, que deverá estar concluída no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da data da respectiva escritura de doação, não podendo em tempo algum e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de, em qualquer dos casos, reverter ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3.º – Os imóveis objeto das doações previstas nesta lei, ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão das respectivas escrituras, ressalvada, quanto ao constante do artigo 1.º, a possibilidade de ser dado em garantia para fins de financiamento do Projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada ou outra modalidade de financiamento com características semelhantes.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 40/80

Mensagem Governamental n.º 35/80

Acrescente-se ao Art. 1.º – seguinte parágrafo:

“Art. 1.º –

§ – Fica o Município de Campo Largo com a obrigação de manter e conservar, como patrimônio histórico, o imóvel existente na área a ser doada, constituído pela casa onde nasceu o Desembargador Clotário de Macedo Portugal.”

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O imóvel cuja doação é proposta ao Município de Campo Largo, pertenceu à família do ilustre Desembargador Clotário de Macedo Portugal, em cujo próximo ano de 1981 se comemorará o centenário de seu nascimento. Família das mais destacadas no pioneirismo do desbravamento da Região de Campo Largo merece ter a sua lembrança preservada, principalmente a do eminente jurista que foi o Desembargador Clotário de Macedo Portugal. Personalidade das mais marcantes, quer na sua cultura jurídica, quer na sua conduta como cidadão paranaense, merece ter a sua memória cultuada, a fim de que seu exemplo marcante possa ser lembrado e seguido pela nossa juventude, tão ávida de valores em que se possa escudar.

Essa é a intenção da emenda que ora propomos ao presente projeto de lei, em favor da preservação da cultura histórica de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 40/80

Oriundo de Mensagem Governamental de n.º 35/80, este projeto de lei, intenciona doar ao Município de Campo Largo área de terras que será utilizada na implantação do Cemitério Parque Municipal, Centro de Artes e Ofícios, “Playground”, Quadras Esportivas, Manutenção do Pomar Público, Museu de Enologia e Exposições, Bosque com equipamento de piquenique, Lago, Bar, Lanchonete, Estacionamento, Sede da Prefeitura Municipal e outras obras de interesse comunitário.

A par desta doação, pretende o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, atender implantação de obra assistencial de amparo ao idoso, oferecendo à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio-Libanesas do Paraná, outro imóvel no mesmo Município.

Estado a matéria em adequação perfeita com a legislação aplicável à espécie, não encontra esta comissão qualquer obstáculo de natureza legal ou constitucional que se lhe anteponha.

Sem embargo da competência desta comissão restringir-se exclusivamente, à apreciação dos aspectos acima analisados, deixando às demais a apreciação do mérito, é mister que seja enaltecida a iniciativa que, por certo, atenderá reclamos e anseios de todos os municípios da progressista Campo Largo.

Ademais, as condições destas doações estão expressas e disciplinadas no próprio texto do Projeto, garantindo a utilização dos imóveis para os fins únicos a que se destinam.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente

AIRTON CORDEIRO – Relator

DISCUSSÃO ÚNICA – do requerimento de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELIN, que solicita licença por 120 (cento e vinte dias), para tratamento de saúde. – Aprovado.

A Mesa comunica os Srs. Deputados que se encontra neste Poder Legislativo o Sr. Gilberto Agibert Filho que, com a licença do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, irá assumir uma cadeira neste Poder Legislativo.

Para introduzir Sua Excelência a este plenário, designo uma comissão composta dos Srs. Deputados: Erondy Silvério, Jurandir Messias, Nilso Squarezzi, Tércio Albuquerque e Renato Bernardi, a fim de que o nobre Deputado preste compromisso constitucional.

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – A Mesa declara reaberta a presente sessão e convida o nobre Senhor Gilberto Agibert Filho, a fim de, na forma da nossa Constituição Estadual, fazer o seu compromisso legal.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO – (Presta o compromisso legal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – A Mesa suspende novamente a sessão a fim de que os Senhores Deputados possam cumprimentar pela sua investidura, o nobre Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Araújo. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor João Alves Pereira. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacii, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelas providências que estão sendo equacionadas para solucionar o problema social dos menores inaladores de cola de sapateiro, requer ainda, que a Assembléia transmita aos referidos órgãos a confiança no trabalho profícuo em prol da infância vitimada pela exploração, pelo vício e pela marginalidade. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 25/80. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 180/79. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o reinício das obras da estrada Ampère-Santo

Antônio do Sudoeste. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O nobre Deputado Deni Schwartz, apresenta pedido de informações à Secretaria de Transportes, com referência a uma estrada, iniciada há questão de dois anos, na Região Sudoeste. A rodovia que liga a cidade de Ampère ao progressista Município de Santo Antônio do Sudoeste. Tenho a oportunidade de declarar nesta tarde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta é uma estrada que eu vi nascer e cujo edital de concorrência, foi lançado pelo então Secretário dos Transportes, Dr. Oziris Stenghel Guimarães, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, a meu pedido numa reunião promovida pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná.

Realmente aquela estrada está paralisada em função de problemas de endividamento do Estado do Paraná, especialmente aqueles que foram contraídos em dólares, e com as mudanças da política econômico-financeira, o atual Governo não teve condições de reiniciar os trabalhos de implantação daquela estrada no presente ano.

Entretanto, como eu também recebi solicitação do Lyons Clube de Santo Antônio do Sudoeste, do Presidente Ivo Moró, e do Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Luiz Tonini, já mantive todos os contatos com o Governo do Estado e com a Secretaria dos Transportes e recebi, dia 19 do corrente mês, o ofício n.º 316/80, através do qual sou comunicado de que a estrada será reiniciada em janeiro de 1981 e concluída no mês de agosto de 1981.

Creio, portanto, que todas as informações solicitadas pelo eminente Deputado Deni Schwartz, foram perfeitamente esclarecidas neste encaminhamento de votação que faço.

Creio entretanto, que como Sua Excelência faz um pedido justo, não é o caso inclusive de se negar a aprovação desse pedido, porque se trata realmente de uma obra necessária e que o Governador Ney Braga, terá a oportunidade de executá-la, durante o seu profícuo período de mandato. Não só aquela estrada, como também, outras estradas tão necessárias ao desenvolvimento ainda maior da Região Sudoeste, como a estrada que liga o Município de Itapejara, Verê, Verê a Dois Vizinhos, a outra estrada que liga Salgado Filho ao Município de Francisco Beltrão, através da PR que liga Francisco Beltrão a Ampère e também, outras obras de há muito reclamadas pela minha Região Sudoeste como a rodovia Marmeleiro a Barracão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Recentemente, em visita a amigos do sudoeste, onde devíamos realizá-la em companhia do Deputado Deni Schwartz, mas, que infelizmente, tive que fazer sozinho. Nós, em reuniões, em visitas a várias casas de colonos, sentimos a ansiedade com que era esperada aquela estrada anteriormente, hoje paralisada. Sentimos também o drama com que agricultores, que cederam gratuitamente passagem do traçado daquela estrada, através de suas lavouras, através inclusive de poteiros, destruindo casas, cercas, sem indenizações. Muitas vezes plantações foram destruídas, porque se dizia que havia urgência no traçado e na construção daquela estrada, para ser posteriormente abandonada.

Pese o fato, de que aqueles agricultores, que tiveram enormes prejuízos com o traçado daquela estrada, têm hoje ainda maior prejuízo, porque a estrada antiga ficou completamente retalhada e abandonada à erosão, como podemos constatar quando para lá nos dirigíamos em veículo próprio.

Há portanto, nesse requerimento de informação, não apenas um pedido de informações talvez, um alerta para que o Governo tome medidas de pelo menos conservar então, a antiga estrada que está prejudicando o escoamento da produção.

Pese também o fato, a estrada que liga Ampère a Santo Antônio do Sudoeste para nossa. Pese também o fato, já paralisada a obra por um longo período, vários meses, está sofrendo sob as intempéries do tempo, a destruição da terraplenagem que já foi feita. Inclusive o encascalhamento, cujas pedras britadas ali colocadas estão sendo levadas pela erosão.

Portanto, quanto mais tempo, haveremos de esperar para que se reinicie a obra, acredito que os prejuízos serão de tal monta, que custaria quase como que iniciar novamente a construção de uma estrada nova.

Então, nesse pedido de informação, acredito eu que o Deputado Deni Schwartz quis além de informar-se, pedir e alertar ao Governo e ao órgão responsável, por esses dois fatos que estão acontecendo, um que é a estrada antiga, que foi retalhada pelo corte da nova estrada aberta, que necessita de amparo para que possa haver escoamento de produção e o segundo alerta é tocante aos prejuízos que causa a obra paralisada. Seria isto que gostaria de somar ao requerimento e dizer da validade de aprová-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o requerimento já está com discussão encerrada, da sessão anterior.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — Rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação). — 15 Srs. Deputados aprovam, 16 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas requeiro que conste da ata o voto do nobre Deputado Luiz Alberto contra, porque no encaminhamento de votação, disse ser favorável ao requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Realmente, não vejo equívoco algum ou qualquer dissabor para o Governo, em receber este pedido de informações. Mas creio que algumas das razões opostas posteriormente ao encaminhamento de votação que fiz, pelo Deputado Gernote Kirinus, não são no meu entendimento verdadeiras. Por isto, mudei o meu entendimento. Aliás, a mudança de entendimento tem sido própria do comportamento de eminentes Deputados nesta Casa.

É muito próprio que se mude o entendimento após o encaminhamento de votação. Por esta razão, e porque sei que o Governo do Estado vai construir a estrada, já que é necessária para a Região do Sudoeste, e que tenho o prazer de afirmar a esta Casa que lutei para conseguí-la, que foi iniciada, há cinco anos atrás, através de convênio entre as Prefeituras Municipais de Santo Antônio do Sudoeste e Ampère, e foi construída uma grande ponte sobre o rio que separava estas duas cidades, eu que vi nascer aquela estrada, vou justamente comemorar a sua inauguração em 1981.

Creio que o Paraná precisa dizer um "basta!" a todos aqueles que criticam e que não podem, como nós podemos, criticar as coisas que estão erradas, mas também comemorarmos juntos a alegria do povo, quando vir chegando o asfalto como

benefício inestimável ao município.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio de Mensagem Governamental, no sentido de que seja incorporado nos vencimentos básicos dos policiais civis, gratificação de 120% que os mesmos percebem a título de tempo integral e dedicação exclusiva. — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós entendemos que deveríamos fazer este apelo ao Sr. Governador Ney Braga, porque conhecemos muito bem a luta, o sacrifício, porque vêm passando os funcionários da Polícia Civil do Paraná em termos de vencimentos.

A incorporação desses 120%, que os Policiais Civis percebem a título de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, é justa, na medida em que ela passa a incorporar exatamente os seus vencimentos básicos. Porque, como disse na nossa justificativa, os policiais percebem um determinado vencimento e na sua aposentadoria, os adicionais e outras vantagens mais, inclusive pensão, incidem sobre esse vencimento básico. E caso essa gratificação seja incorporada aos seus vencimentos, esses policiais teriam em consequência uma melhor aposentadoria; teriam, em consequência, melhores adicionais, e em consequência, uma melhor pensão para os familiares de policiais que tombam no exercício do cumprimento do seu dever.

Portanto, o requerimento visa única e exclusivamente, fazer um apelo ao Sr. Governador, para que encaminhe uma Mensagem a esta Casa, já que este Poder, infelizmente, não tem competência para iniciar matéria desse tipo.

Por esta razão eu faço este requerimento e apelo à Bancada do Governo nesta Casa, para que aprove este pedido, que é simplesmente um pedido para se fazer justiça e corrigir distorções existentes em torno de uma classe que o Paraná tanto deve, que é a classe dos funcionários da Polícia Civil do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, sugerindo a isenção do Imposto Territorial Rural aos agricultores produtores de cana-de-açúcar. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio de Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que estudem a viabilidade de incluir no Plano Rodoviário Estadual, o asfaltamento do trecho Iretama-Barbosa Ferraz. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, visando a implantação da rede de energia elétrica trifásica no Distrito de Longinópolis ao Distrito de Samália. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando instalação

do DDD, no Distrito de Iguatu e implantação da rede de água e esgoto pela SANEPAR, no Distrito de Iguatu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando asfaltamento do trecho que liga os Distritos de Longinópolis-Iguatu à BR-369 e construção de uma ponte e de bueiros para a conclusão da estrada que liga o Distrito de Iguatu ao Distrito de Samália, Município de Corbélia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, visando a construção de uma cancha de esportes no Distrito de Iguatu, Município de Corbélia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação do segundo grau, no Ginásio Carlos Gomes e construção de alambrados em toda a área do referido ginásio do Distrito de Iguatu, Município de Corbélia. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso a O.A.B., pela realização da 8ª Conferência Nacional da O.A.B., na cidade de Manaus. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a descentralização do CEDIT, órgão do Instituto de Assistência ao Menor. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo estudos especiais, visando não permitir a liberação de alvarás para casas de jogos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a gratuidade nos ônibus do município para menores da Guarda-Mirim e da Casa do Pequeno Jornaleiro, desde que estejam uniformizados e documentados. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça e aos líderes dos blocos parlamentares no Senado e Câmara Federal, sugerindo estudos visando a criação de uma lei que possibilite a punição de pais que praticam maus tratos aos filhos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro do Trabalho, sugerindo estudos visando o retorno do "Salário do Menor". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, sugerindo estudos especiais, no sentido de enquadrar o cheirador de cola (xereta) na lei dos tóxicos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo

a criação de um sistema que possibilite a adoção da gratuidade para a obtenção do registro de nascimento.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a criação do Ministério da Família e do Menor.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a colaboração das Forças Armadas, visando a prática diária de educação física, moral e cívica para crianças e jovens na faixa de 07 a 18 anos de idade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a federalização dos Juizados de Menores.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a adoção de uma nova política tributária.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, sugerindo a criação de um sistema programado de auto-suficiência, preparando o menor para o seu próprio sustento, evitando a ociosidade, abrindo uma condição livre para a formação do menor.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de sugestão, visando a realização de cursos especiais para agentes e comissários da Delegacia de Proteção ao Menor.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo a implantação de um sistema que possibilite a liberação ou remoção imediata de jovens que venham a completar a maioridade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, sugerindo a implantação do sistema pré-escolar no Paraná, abrigando crianças de 2 a 6 anos de idade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo prioridade para emprego de menores de idade em órgãos do Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, sugerindo a implantação de Agrovilas, assistidas e controladas pelo Governo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, sugerindo a descentralização do Instituto de Assistência ao Menor, gerando novas sedes no interior do Estado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptis-

ta, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Programa "Manhã Total", apresentado por Luiz Carlos Martins, na Rádio Clube Paranaense, pela passagem do 2.º aniversário, do referido programa.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo 4.º aniversário de fundação do jornal "O Paraná".— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante de expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a construção de um Centro de Reeducação Feminino, visando atender as menores de idade.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, visando a construção de obra própria para menores deficientes mentais e cheiradores de cola.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a construção de uma obra própria para menores infratores.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo prioridade para a construção da nova sede da Delegacia de Proteção ao Menor.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro da Justiça, sugerindo a definição de responsabilidades na guarda de crianças abandonadas na faixa de 0 a 6 anos de idade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, sugerindo a implantação de um Programa Especial de Integração, preparando o adulto para cuidar da criança.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo uma rígida fiscalização nas creches, observando normas ditadas pelo Ministério da Saúde.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros do Planejamento, Indústria e Comércio e da Agricultura, bem como aos líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, encarecendo a revogação da medida normativa que instituiu o confisco sobre o café.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que haja total e imediata proibição de fabricação, distribuição e venda dos compostos mercuriais.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar

Social, sugerindo a criação de um programa especial de assistência junto aos familiares de menores carentes, evitando desta forma o internamento de crianças. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio em forma de telex, da Carta da Associação Paranaense de Suinocultores da Região Oeste, aos Srs. Ministros da Agricultura, do Planejamento e Secretário da Agricultura, bem como solicita o apoio da Casa à carta em referência.

Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que ainda está em encaminhamento de votação reflete a preocupação que devem ter os homens públicos para com os suinocultores. Aquele suinocultor que foi ludibriado, enganado, não só desta vez como de muitas outras vezes. Pois bem nós lembramos ainda da famosa e famigerada Peste Suína Africana que após se propalar no sentido de inclusive permitir a chacina pública de suínos em todo o Estado do Paraná, com o incrível aparecimento de focos em 1978, falsamente identificados, hoje parece que esta peste suína africana bateu, não no porco, mas sim no preço do mesmo. No ano de 1979, logo após, portanto a peste suína, da falsa peste suína africana, parece que como arrependimento, houve por parte do Governo um incentivo através de oferta de financiamento para chiqueiros e criadeiras de raças classificadas em todo o sudoeste e também no oeste do Paraná. Os agricultores inicialmente ficaram receosos e temerosos com as benevolências das ofertas bancárias, mas tudo estava preparado e o esquema do incentivo do preço voltou a funcionar momentaneamente.

Para nós termos uma idéia de como ocorreu isso, gostaria de aproveitar este encaminhamento de votação, e relatar aos senhores e lembrar os fatos e os números que importam ser lembrados aqui. Em abril de 1979, pagava-se ao suíno vivo Cr\$ 34,00 o kg. Esse preço para a época era estimulante pois o milho estava a Cr\$ 2,50 o kg, e a ração a Cr\$ 5,50 o kg, o que dava um custo de produção ao suinocultor de aproximadamente Cr\$ 19,00 por kg de suíno e permitia um lucro de aproximadamente Cr\$ 16,00 por quilo de suíno e levava o produtor assim a ir aperfeiçoando e ser estimulado para a criação dos mesmos.

Já no mês de dezembro do mesmo ano de 1979, o preço do kg do suíno estava em Cr\$ 38,00, enquanto que o preço do milho havia majorado para Cr\$ 4,80, a ração para Cr\$ 9,20 o kg.

Isso significa que o preço do suíno aumentou em 12% enquanto que o custo da produção elevou-se para mais de 90%.

O que significa isto para o suinocultor? Ora, o aviso prévio de sua falência eminente. O suinocultor se retraiu com a queda do preço do suíno e o aumento do custo da produção, mas como os donos do comércio da carne ainda não estavam satisfeitos, planejaram então o golpe final.

Para desviar a atenção do suinocultor da trama que estava sendo montada, o preço do suíno foi elevado para Cr\$ 40,00 o quilo em fevereiro de 1980, desafogando um pouco o custo da produção. Mas este foi o tempo suficiente para que milhares de agricultores fizessem vultuosos empréstimos bancários para construir as pocilgas e comprarem criadeiras de raça. Isto obriga a cada suinocultor permanecer no ramo pelo menos por 5 anos sem se perguntar pelo preço que receberá por sua produção. Em abril deste ano, o produtor recebia pelo quilo de seu suíno os mesmos Cr\$ 34,00 do ano passado, enquanto que o milho estava a Cr\$ 4,00 o kg e a ração a Cr\$ 11,50 o kg. Se nos perguntarmos do significado de tudo isto, chegaremos à conclusão de que o suinocultor se tornou um empregado dos empresários da carne; um empregado

do que tira dinheiro de seu bolso para poder dar carne e gordura na mesa do consumidor. O consumidor, aliás, é o próximo explorado deste comércio vergonhoso dos detentores da carne; pois ele há de pagar o kg da carne de suíno a média de Cr\$ 130,00. Para ficar bem claro e ao entendimento de qualquer um, vamos aos dados:

Um suíno de 100 kg produz em tomo de 50 kg de carne. O produtor receberá por este suíno, nos dias de hoje, a importância de Cr\$ 3.400,00. O consumidor desta carne, deste 50 kg, irá pagar nada menos que Cr\$ 6.500,00, até aí alguém já lucrou mais de 100% sem contar a gordura, o torresmo e os miúdos que da mesma forma são comercializados a preços aviltantes ao consumidor.

Então, quando em campanha éramos acusados, de que na cidade reclamamos da alta do custo de vida, para os operários e no interior reclamamos por melhores preços ao produtor, que nós estaríamos incorrendo numa contradição. No entanto, nota-se claramente, que nem o consumidor, o operário ou trabalhador na cidade, e nem o produtor está levando vantagem. Quem leva vantagem são os intermediários que se beneficiam com uma política governamental benevolente.

Será que os governantes não sabem avaliar isto? Eu não acredito.

Não acredito porque são técnicos, são tecnocratas que já devem ter feito o cálculo. Tenho a certeza que sabem pois órgãos destes mesmos governantes divulgaram, que só no Município de Santo Antônio do Sudoeste por exemplo, o tradicional produtor de suínos, foram financiados no ano passado, nada menos de que 14 mil criadeiras. Cada criadeira era adquirida pelo suinocultor a um preço de Cr\$ 10.000,00, logo a soma de financiamentos, obedecendo a política da suinocultura do Paraná, soma uma importância de 140 milhões de cruzeiros.

São dados que não podem passar despercebidos, a não ser que tenhamos a própria incompetência nos destinos da nossa agricultura e da nossa gente sofrida da terra.

Não é possível que a epidemia da peste suína africana, se tenha instalado agora nos preços que o produtor recebe e que o consumidor paga. Mas, é viável, que a peste se tenha instalado talvez na cabeça daqueles que estão a gerir e a dirigir esse tipo de política da suinocultura. Portanto, o reclamo, as reivindicações dos suinocultores, que não foram recebidos pelo Ministro Stabile, quando em Palotina, assinado por mais de nove entidades e entregue ao Deputado Nelson e a este Deputado que vos fala, tem razão de ser.

Talvez seja a verdade que este documento está a reivindicar, que tenha atemorizado os senhores, que lá estiveram para recebê-lo.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento, subscrito pelo nobre Deputado Nelson Friedrich. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferred.

21 Srs. Deputados aprovam e 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do editorial publicado no jornal "Gazeta do Povo" sob o título "Ricos na Agricultura e Pobres em Pedir". Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito da tribuna, aos Srs. Presidente da República, e diversas autoridades, bem como o apoio desta Casa ao plano sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Diretor do D.N.E.R., Prefeito Municipal de Curitiba e Prefeito Municipal de Colombo, formulando apelo no sentido de ser construída uma passarela para pedestres, anexa a ponte sobre o Rio Atuba. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Delegação do Paraná, chefiada pelo Bacharel Edouard Elias Thomé, funcionário deste Poder Legislativo, junto ao XII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, realizado em Goiânia, Estado de Goiás. — Em discussão.
O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar providências, visando beneficiar um grupo de 71 suplementaristas inativos. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Interior e ao Sr. Presidente do BNH, bem como aos líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, protestando pelo possível aumento nas prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, na ordem de 50%. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "TITO COSTA, O PREFEITO", escrito pelo colunista Oscar Silva e publicado no semanário "HOJE - CASCAVEL". — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Londrina Esporte Clube, pela conquista do Campeonato Brasileiro "1ª. Taça de Prata do Brasil".

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, parece-me que não há "quorum" para prosseguimento da sessão. Solicito de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito do Sr. 1.º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 20/80, 21, 22, 23 e 24/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25/80 e de Lei n.ºs 11/80 e 40/80.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 104/78, 50/79, 177/79, 180/79, 186/79, 195/79, 210/79 e 14/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva :

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 250/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, VIDAL VANHONI, matrícula n.º 019, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao cargo de Secretário de Estado, Símbolo DAS-1, acrescido de um (01) triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Artigos 170, § único e 171, § 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviço Extraordinário, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 2095).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 251/80

aposentar, a pedido IGNEZ DE OLIVEIRA, matrícula n.º 246, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 140, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos correspondente ao vencimento ou remuneração integral do seu cargo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados de acordo com o Art. 170, Parágrafo Único, da referida Lei n.º 6174; três (03) adicionais, nos termos do Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174; Função Gratificada, Símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei e cinquenta por cento (50%) de gratificação por serviços extraordinários sobre os respectivos vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 3156).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 252/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, incisos I e III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula n.º 072, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo

Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente a seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Função Gratificada, símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da mesma Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974 e Gratificação por Serviço Extraordinário, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 2173).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 253/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula n.º 136, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade correspondente ao cargo de Chefe da Coordenadoria de Alocação de Recursos Humanos, Símbolo DAS-5 (Lei n.º 6996, de 12 de abril de 1978), acrescido de um (01) triênio incorporado de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 2502).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 254/80

autorizar, OCTÁVIO GUERREIRO CASTELAN, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos no período compreendido entre 16 de outubro a 31 de dezembro de 1979.

(Prot. n.º 3493).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 255/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, § 1.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, por contar com mais de trinta (30) anos de serviço público, JUDETH SCHOLTZ, matrícula n.º 463, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente a seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados e um (01) adicional incorporado, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174, Função Gratificada Símbolo 4-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da mesma Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade, de acordo com

a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%) de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 2987).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 256/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 140, item III, e § 3.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula n.º 17, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade correspondente ao Símbolo DAS-1, acrescido de três (03) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, um (01) adicional, nos termos do Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da referida Lei n.º 6174, Gratificação de Produtividade, de acordo com a Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974, e cinquenta por cento (50%) de gratificação por serviços extraordinários, sobre os respectivos vencimentos, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Prot. n.º 2120).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 257/80

aposentar, a pedido, nos termos do item I, do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, PAULO DE SOUZA FILHO, matrícula n.º 441, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos correspondente ao vencimento ou remuneração integral do seu cargo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do Art. 170, da citada Lei n.º 6174; dois (02) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei; Função Gratificada, Símbolo 4-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade, nos termos da Lei n.º 6593, de 15 de agosto de 1974 e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por serviços extraordinários.

(Prot. n.º 3313).

Palácio XIX de dezembro, em 19/05/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 258/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3593, de 06 de maio de 1980, deste Poder,

R E S O L V E:

I - revogar o Decreto Legislativo n.º 696/77, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 5-F, do Departamento Administrativo, ao funcionário JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula n.º 514.

II - revogar o Decreto Legislativo n.º 243/77, na parte que se refere ao funcionário OSVALDO MARQUES, matrícula n.º 380, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle

de Material de Consumo, do Departamento Administrativo.

III - revogar o Decreto Legislativo n.º 243/77, na parte que se refere ao funcionário JORGE ASSAD MANSUR, matrícula n.º 278, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Atendimento ao Plenário, do Departamento Administrativo.

IV - revogar o Decreto Legislativo n.º 389/77, na parte que se refere ao funcionário NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, matrícula n.º 544, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 7-F, de Auxiliar de Plenário, do Departamento Administrativo.

V - revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 067/79, que designou para exercer as funções de Chefe do Serviço de Oficina e Manutenção, o funcionário HENRIQUE WOJCIK, matrícula n.º 460.

VI - revogar o Decreto Legislativo n.º 287/79, na parte que se refere ao funcionário OSVALDO FARIA, matrícula n.º 345, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Administrativo.

VII - revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 182/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Copa e Cozinha, do Departamento Administrativo, o funcionário GIOACHINO SUGAMOSTO, matrícula n.º 549.

VIII - revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 502/79, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 4-F, de Agente de Segurança, do Departamento Administrativo, ao funcionário RUBENS DAMAS, matrícula n.º 371.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 259/80

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem os cargos abaixo relacionados, no Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 10 de abril de 1980, conforme especifica:

AUXILIARES DE GABINETE

Anna Christina Souza - Mat. 553

Jonas de Souza Porto - Mat. 514

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Osvaldo Marques - Mat. 380

DIVISÃO DE ATENDIMENTO DO PLENÁRIO

Jorge Assad Mansur - Mat. 278

SEÇÃO DE RÁDIO E TRANSMISSÃO

Emerentino da Cruz Pacca - Mat. 496

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E SERVIÇOS GERAIS

Nelson André de Araújo - Mat. 544

DIVISÃO DE TRANSPORTES E OFICINA

Raul Wolf - Mat. 321

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO E CONTROLE DE MATERIAIS

Henrique Wojcik - Mat. 460

SEÇÃO DE ELETRICIDADE

Antonio João Greber - Mat. 291

SEÇÃO MECÂNICA

João Martins Sobrinho - Mat. 382

SEÇÃO DE TRANSPORTES

José Afonso Coelho - Mat. 391

SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE MÓVEIS

Julietta Rosa Sampaio - Mat. 472

SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

Osvaldo Faria - Mat. 345

SEÇÃO DE ATENDIMENTO EXTERNO

Gioachino Sugamosto - Mat. 549

SEÇÃO DE CONTROLE DE MATERIAL

Rubens Damas - Mat. 371

SEÇÃO DE COPA E COZINHA

Joel da Silva Natal - Mat. 341

(Prot. n.º 3593).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 260/80

autorizar ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1980, no Departamento Administrativo.

(Prot. n.º 3593).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 261/80

autorizar LUCY PINHEIRO DE LACERDA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Serviço de Biblioteca, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1980.

(Prot. n.º 3756).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 262/80

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem os cargos abaixo relacionados, no Serviço de Assistência Social, conforme especifica, percebendo as vantagens inerentes; a partir de 10 de abril de 1980.

SEÇÃO DE TRIAGEM E INTERNAMENTO

Marcionílio Sancho Cambuhy - Mat. 177

SEÇÃO DE ENFERMAGEM E FARMÁCIA

Hilda Matthies Blanc - Mat. 328

SEÇÃO DE CONDUÇÃO

José Carlos Pereira Portela - Mat. 574

(Prot. n.º 3565).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 263/80

I - revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 217/79, de 13 de março de 1979, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, a funcionária ISAURA BUENO, matrícula n.º 204.

II - revogar o Decreto Legislativo n.º 573/78, de 29 de novembro de 1978, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, a funcionária IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula n.º 207.

III — designar IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula n.º 207, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

(Prot. n.º 2873).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 264/80

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 563/79,

e, o item I do Decreto Legislativo n.º 121/80, a partir de 15 de abril de 1980.

II — atribuir aos funcionários ANTONIO LUIZ QUIRINO MACHADO e JOSÉ ANGELI, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria, no período compreendido entre 15 de abril a 31 de dezembro de 1980.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 20/05/80

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA

2.º Secretário